



RELATÓRIO DO ENCONTRO NACIONAL DO DEPARTAMENTO DOS ÓRGÃOS MILITARES CIVIS DA CONDSEF/FENADSEF – DOMC

1. DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - DARA

- Presentes os servidores membros do DARA Eleandra Kock, Margareth Buzaglo, Alexandre Coutinho e Sandra Mota, sob a coordenação da primeira e relatoria da segunda e última, juntamente com os servidores dos órgãos MAPA, INCRA, INMET, CEPLAC e Ministério da Pesca, ausentes os servidores Hilton Cordeiro, José Carlos Veridiano e Geraldo Gomes (falecido).
- Foi feita uma apresentação das reuniões do DARA e deste departamento com o MGI na MNNP ocorridos em 2023. Foi relatado sobre a recepção pelo Ministro da Agricultura apenas da categoria dos técnicos e fiscais agropecuários que é diferente da proposta de Lei para os servidores das outras categorias do MAPA, Ministério da Pesca e MDA.
- Foi destacado que há reivindicação dos servidores do INMET para serem incluídos na categoria da Ciência e Tecnologia.
- Observou-se que há atuação da ASTECA, associação dos servidores, que tem atuado de forma paralela e com metodologia diversa da CONDSEF e sindicatos gerais nas mesas setoriais de negociação.
- Igualmente analisou a conjuntura do orçamento e propostas de resoluções administrativas que possivelmente são mais simples de serem atendidas pelo governo.
- Descreveu-se que as reivindicações do MAPA são próprias, abrangendo o atendimento do nível intermediário e analista de nível superior que ainda são carreiras do PGPE, e parte das dificuldades são oriundas da divisão entre as categorias.
- Nesta análise de conjuntura descreveu também falta de perspectiva de reajuste salarial por parte do governo o que levará a necessidade de mobilização da categoria até mesmo de uma greve.
- Foi aberto o debate com os servidores presentes que analisaram o que segue:
- Que a direção da CONDSEF faça uma intervenção junto ao SINTRAFESC/SC para que possa ver a situação juridicamente dos servidores que tiveram seus cargos extintos (auxiliar operacional em agropecuária) que desde 2014 não recebem o salário básico de auxiliar de laboratório, apenas a gratificação;
- A situação de sucateamento do INMET, órgão de 108 anos de existência e experiência, onde foram fechadas metade das estações de meteorologia e o instrumento de trabalho para envio das informações é o celular dos servidores, que as informações técnicas coletadas são enviadas para outros órgãos e com isso há o esvaziamento e desvalorização do instituto, razão pela qual sugere o aproveitamento do conhecimento do INMET para o próprio instituto;
- Observou-se a gravidade da atuação do Ministro da Agricultura e secretário executivo de não receberem os servidores do ministério, por essa razão solicita reforço e apoio da CONDSEF pelo posicionamento dos Ministros da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Agrário na negociação dos servidores à mesa setorial;



XIV Concondsef
V Confenadsef
14 a 17 de dezembro - Brasília

FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA RECONQUISTAR DIREITOS E RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

- Foi solicitado o reforço do orçamento e concursos para os níveis intermediário e auxiliar; com reforço do orçamento e concursos para níveis intermediários e auxiliar;
- Sobre o processo da negociação do INCRA, foi relatado o histórico dessa construção havida desde 2014 e que foi apresentada na reunião na MNNP com o MGI, com destaque a paridade salarial entre ativos e aposentados. Além disso, há consenso que se deve seguir o exemplo das mobilizações dos servidores da FUNAI e atendimento das diretrizes do MGI.
- Foi descrito pelos servidores presentes o histórico da criação das categorias do INCRA, e dessa situação reconhece-se que não se tem ingerência sobre a outra carreira (perito agrário), razão pela qual solicita-se da CONDSEF que exija posicionamento do INCRA e MDA quanto a Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, e que as discussões das entidades sejam remetidas as bases para deliberação e aprovação.
- Com relação a reestruturação interna do INCRA os servidores do Norte possam ter informação da quantidade de vagas do concurso unificado e os critérios para remoção.
- Em anexo há moção sobre fortalecimento dos serviços de desenvolvimento humano dentro do INCRA e ainda sobre a questão dos agrotóxicos.



2. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE – DENTMA

Presentes: Conceição (IBAMA-MG), José Mário (IBAMA-RS), Mônica (Funai-DF), Vilma (ICMBio-MG), Keila Rolim (Dnocs-CE), Gustavo (Funai -CE), Taís (Funai-MS), Aline (Funai-DF), Erlan (Ibama-AM), Joécio (Ibama-RS), Lucinha (Ibama-BA), Alberto (Ibama-CE), Léo Caetano (Ibama-GO), Roberto Pertin (Funai-RS), Maria Celeste (Funai-GO), Alex Noronha (Funai-RJ), Lucas Pacheco (Funai-SP), Pedro de Alcântara (IBAMA-DF), Reneide Martins (Ibama-RO), Jurandir de Freitas (Ibama-MS), Eduardo Melo (Ibama-PE), Adenilde (ICMBio-PE), Deusidéria (Ibama-PI), Janice Coutinho (Ibama-RR), Ivone (Ibama -MG), Vitória Goes (Dnocs-RN), Rosa (Sindsef-RN) e Emerson (Ibama -RO).

1. Proposta DNOCS:

- Solicitação, ao MGI, para urgente inclusão do DNOCS na lista das instituições contempladas com o concurso público unificado, garantindo recursos orçamentários para essa finalidade;
- Organização de um plano de cargos e carreiras, capaz de atrair servidores públicos competentes e habilitados para o exercício na área de atuação do DNOCS;
- Reestruturação Organizacional, para melhor exercer o papel de executor de políticas públicas nas áreas de infraestrutura hídrica, agricultura irrigada, aquicultura, combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca;
- Designação de comissão de servidores públicos do MIDR, para juntos discutirem e organizarem proposta de reestruturação organizacional, com o objetivo de melhor contribuir com a execução das políticas públicas sob responsabilidade do DNOCS.

2. Proposta FUNAI:

Propostas dos delegados servidores da Funai presentes no XIV Concondsef e V Confenadsef, para atuação do DENTMA nas negociações referentes à política indigenista:

- Implementação do Plano de Carreira Indigenista e Plano Especial de Cargos da Funai. Embora o acordo tenha sido fechado com o governo, resta pendente o encaminhamento do PL para votação no Congresso;
- Concurso público, com edital elaborado com o acompanhamento das entidades representativas dos servidores, atrelado à aprovação do plano de carreira, à elaboração e articulação de medidas legislativas para readequação dos cargos disponíveis para a Funai, a medidas que visem a incorporação dos trabalhadores indígenas no quadro permanente de servidores e a um programa de capacitação que viabilize o exercício das atividades profissionais;
- Preenchimento de todos os cargos vagos existentes na Funai, por meio da aprovação do Concurso Público;
- Estruturar condições mínimas de trabalho e segurança aos servidores que atuam em todas as Frentes de Proteção Etnoambientais (FPEs), Bases de Proteção Etnoambientais (BAPEs), Coordenações Regionais (CRs) e Coordenações Técnicas Locais (CTLs) da Funai, com designação de responsável técnico e prazo de resposta. Para tanto, é necessário constituir uma Comissão Técnica por meio de Portaria para acompanhar o referido plano, com participação das entidades representativas dos servidores - CONDSEF, SINDSEP-DF, INA e ANSEF;



XIV Concondsef V Confenadsef

14 a 17 de dezembro - Brasília

**FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA RECONQUISTAR
DIREITOS E RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS**

- Atualização do regime de escala de trabalho e revezamento dos servidores em exercício nas Frentes de Proteção Etnoambientais (FPEs), Bases de Proteção Etnoambientais (BAPes), Coordenações Regionais (CRs) e Coordenações Técnicas Locais (CTLs), de forma condizente com a legislação vigente, concomitante com as normativas da FUNAI - Portaria 1.060/2020;
- Padronização, regulamentação e normatização das Bases de Proteção Etnoambientais (BAPes) como estruturas da Funai, com condições básicas para alojar servidores/as com dignidade: alojamento adequado, sanitários adequados, alimentação adequada ou pecúnia para aquisição pelos/as servidores/as, água de consumo adequada, meios de comunicação e de transporte adequados, de forma que para ser considerada uma BAPE seja necessário ponto de internet satelital e cargo comissionado relacionado com respectiva equipe técnica e finalística;
- Padronização, regulamentação e normatização das Coordenações Técnicas Locais (CTLs), como estruturas da Funai, com condições básicas de ambiente de trabalho com dignidade: sanitários adequados, meios de comunicação e de transporte adequados, de forma que para ser considerada uma CTL seja necessário ponto de internet satelital e com respectiva equipe técnica e finalística, não apenas chefe;
- Descentralização e desburocratização do deslocamento de servidores da Funai às Terras Indígenas, por meio da revogação das atuais normas que centralizam a emissão de autorizações de deslocamento de servidores da Funai nas Diretorias e Presidência do órgão, restabelecendo o modelo utilizado anteriormente, preconizado pela autonomia das unidades descentralizadas;
- Pagamento isonômico de diárias para servidores da Funai e outros órgãos públicos em Terras Indígenas, o que envolve revogar as orientações em contrário referentes a pagamento de “meia diária” a servidores da Funai e de nenhuma indenização em viagens dentro do mesmo município de lotação que exigem pernoite em aldeias, seja pela distância percorrida ou pela natureza do trabalho;
- Implementação de Protocolo de Segurança que contenha princípios, métodos e procedimentos, reforçados por instrumentos legais, parcerias e convênios, para garantir segurança e suporte legal aos servidores, que vise tanto a prevenção como busque orientar e subsidiar os servidores envolvidos em situações de risco e ameaça a sua integridade física e psicológica;
- Regulamentação do poder de polícia administrativa para instrumentalização de Auto de Infração, expedição de Termo de Interdição e Embargo, porte de arma e garantia de treinamento específico aos servidores que realizam fiscalização pela Funai;
- Fornecimento regular de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como coletes balísticos, para atividades de fiscalização, em quantidade e periodicidade adequadas;
- Garantia, aos servidores, de que tenham lotação diferente das áreas onde realizam fiscalização;
- Regulamentação e implementação do pagamento de Adicional Noturno, hora extra e periculosidade aos servidores em exercício nas BAPes, concessão do adicional de fronteira e reconhecimento do caráter de plantão da atividade de permanência em campo (que a Funai estenda a todos os trabalhadores os direitos conquistados via decisões da Justiça Federal do Amazonas, Roraima e Acre - conforme NUP 08620.001289/2021-21);
- Estratégia para retenção da força de trabalho nas Frentes de Proteção Etnoambientais (FPEs), Bases de Proteção Etnoambientais (BAPes), Coordenações Regionais (CRs) e Coordenações Técnicas Locais (CTLs) da Funai via rotatividade de servidores de diferentes cargos, criação e regulamentação de



atrativos como gratificação de campo, plano de carreira específico, incluindo profissionalização e valorização dos trabalhos finalísticos;

- Estabelecer no novo estatuto da Funai, encaminhado ao MJ em cumprimento ao Decreto no 10.829, de 5/10/21, que regulamenta a Lei no 14.204, de 16/09/21, a criação de critérios técnicos para o preenchimento de cargos de direção na Funai, tanto na sede quanto nas unidades descentralizadas, compatíveis com a atuação indigenista a ser desempenhada e que não se restrinjam ao nível de educação formal (nível superior), incluindo capacitação aos novos gestores;
- Revisão e qualificação de critérios objetivos de remoção, cessão, movimentação, requisição de servidores, especialmente para contemplar a rotatividade de servidores em exercício em locais marcados por conflitos e ilícitos;
- Estabelecer mecanismos de acompanhamento e prevenção a acidentes de trabalho, com o objetivo de garantir a observância às legislações trabalhistas;
- Criação de campanha de conscientização e canal de denúncia, investigação, tratamento, reparação e medidas punitivas a situações de assédio moral e sexual no local de trabalho;
- Estimular a qualificação dos servidores por meio de editais regulares para conceder afastamentos para pós-graduação e licença-capacitação, com critérios objetivos elaborados de forma participativa com as entidades representativas dos servidores.

3. Proposta Ibama:

Foi realizado um debate sobre o conceito de carreira típica de Estado, em que se chegou à seguinte conclusão: Se a tese 1 for aprovada amanhã (17/12) em plenário, o item do plano de lutas do IBAMA referente à carreira típica de estado estará automaticamente suprimido.

Contribuição Alex Noronha (Funai RJ):

=> Os servidores reunidos no DENTMA reforçam a necessidade de a bolsonarização do Estado dos cargos de confiança dos órgãos públicos e ministérios.

=> Inclusão, no Plano de Lutas do meio ambiente, de item referente ao combate à terceirização e à contratação indiscriminada de agentes temporários, inclusive para atividade fim. O ICMBio acabou de contratar através de ata de registro de preços prestação de serviços claramente ligados à atividade fim. O ICMBio está armando e dando poder de fiscalização a milhares de agentes temporários.

=> Inclusão, no Plano de Lutas da Funai, de item referente ao combate à terceirização e à contratação indiscriminada de agentes temporários, inclusive para atividade fim. A Funai, igualmente, tem flexibilizado a contratação excepcional de trabalhadores por tempo determinado.

Que o governo atenda à solicitação de criação de um Grupo de Trabalho, com participação dos trabalhadores indígenas, Ministério dos Povos Indígenas, representantes de organizações e associações indígenas, além das entidades sindicais e associativas (Condsef, entidades filiadas, Ansef e INA), para ampla discussão sobre a situação dos trabalhadores indígenas que atuam na Funai, com o objetivo de encontrar soluções para a valorização e a contratação permanente desses profissionais, compreendendo o problema da precariedade do vínculo de trabalho e da falta de isonomia entre trabalhadores indígenas e não-indígenas no órgão.

=> As indicações para cargos de confiança devem ter critérios técnicos; os cargos diretivos devem ser ocupados por servidores do quadro permanente dos órgãos ambientais.



XIV Concondsef
V Confenadsef
14 a 17 de dezembro - Brasília

FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA RECONQUISTAR DIREITOS E RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

=> Que a Condsef oriente os sindicatos filiados para que assumam os custos de deslocamento dos membros do DENTMA para a realização das reuniões e participação nas mesas de negociação, quando necessário.

=> Que seja incluído no plano de lutas da Funai a reivindicação quanto à diminuição da diferença proporcional entre as tabelas salariais dos níveis superior, médio e auxiliar, assim como apresentado pelos órgãos do meio ambiente na negociação iniciada junto ao MGI.

Tendo em vista o contexto político de articulação ampla para derrota do fascismo e, ainda, a atual conjuntura de formação do parlamento brasileiro, que se subordina completamente ao capitalismo liberal, representado por bancadas de interesses sobre a exploração do meio ambiente, o DENTMA se incumbirá de mapear e combater veementemente as tentativas de enfraquecer e precarizar as políticas públicas ambientais e indigenistas, bem como os órgãos públicos que tem como missão institucional a sua proteção.

Proposta de MOÇÃO

=> Denúncia sobre a situação de abandono do Parque Nacional de Brasília

O Parque Nacional de Brasília, que é uma ilha cercada de moradores por todos os lados, sempre foi cuidadosamente bem fiscalizado, com a estrutura necessária e cerca de proteção.

Porém, hoje há uma situação de abandono que está prejudicando a preservação da estrutura do Parque. Há vários trechos com buracos, sem proteção, inclusive entre o portão 11 e 12, ao lado da Cidade Estrutural, não existem mais cercas. Por conta dessa situação, o Parque é constantemente invadido, aberto a pescadores e caçadores.

É necessário e urgente que sejam tomadas providências para proteção do Parque.

Proposta de MOÇÃO de REPÚDIO

Os delegados e delegadas presentes no encontro nacional do DENTMA tomaram conhecimento da ocorrência de um incêndio na sede do Ibama no município de Ji-Paraná, em Rondônia, em 16 de dezembro de 2023. Mesmo com a ausência de confirmação sobre a origem, ainda desconhecida, seja oriunda de um ataque criminoso ou de um acidente de trabalho relacionado à falta de estrutura adequada, repudiam a precariedade a que os trabalhadores estão submetidos na unidade.



3. DEPARTAMENTO NACIONAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS - DENAP

Foi composta a mesa com o coordenador do DENAP Fernando Lima, José Ribamar Figueiredo Nascimento, diretor da CONDSEF, José Murilo e Ary Santos. O diretor da CONDSEF, José Figueiredo, fez a abertura e passando a palavra ao diretor Fernando, que fez um breve relato das atividades do DENAP, e fez a leitura das propostas aprovadas nos trabalhos de grupos, pela manhã, em seguida abriu para apreciação das propostas da plenária. As propostas aprovadas em plenária serão anexadas neste relatório.

Após debates das propostas, com defesas, destaques e esclarecimentos, anexamos neste relatório as propostas aprovadas, e encaminhamos para a plenária final da CONDSEF.

- Que a CONDSEF continue a luta pela isenção do imposto de renda para os servidores públicos aposentados e pensionistas.
- Que a CONDSEF organize a luta pela revogação da legislação que impede a aposentadoria pelo Regime Próprio da Previdência aos servidores públicos federais no serviço público a partir de 2013.
- Recuperação dos direitos dos pensionistas usufruírem da pensão no valor de 100% do rendimento do servidor da ativa.
- Que seja estabelecido calendário trimestral para reunião entre sindicatos filiados e o departamento de aposentados.
- Os aposentados de hoje foram os ativos de ontem, os ativos de hoje serão aposentados amanhã. Todos cumprimos uma missão no serviço público. Pela remuneração (gratificação permanente + VB dos ativos) sejam estendidas aos aposentados desde que tenham cumprido todos os requisitos para aposentadoria integral (EC 47).
- Realizar seminários do Departamento de Aposentado pelo menos duas vezes ao ano, com vistas a conhecer todas as demandas e necessidades deste e seus componentes.
- Revogação do artigo da reforma da previdência que reduziu os proventos das pensões por morte.
- Revogação do artigo da EC 41 que extinguiu a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.
- Que nas mesas de negociações tenha a participação de um coordenador do DENAP.
- Correção do pagamento da GACEN conforme a lei criação da mesma, onde o referencial do índice de correção era o mesmo da diária do poder executivo.
- Revogação dos 50% + 10% no contracheque das pensionistas, quando na reforma da previdência direcionou para tal finalidade, voltando a ser 100% da pensão.
- Pagamento integral da GACEN para aposentados do Ministério da Saúde, bem como outros órgãos que os servidores estejam atuando.
- Que o departamento proponha um calendário de atividades para encaminhamentos das deliberações.
- Que a CONDSEF lute pela aprovação imediata da PEC 555 que revoga o desconto para a previdência social dos servidores públicos já aposentados e pensionistas.



XIV Concondsef
V Confenadsef
14 a 17 de dezembro - Brasília

FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA RECONQUISTAR DIREITOS E RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

- Proposta de valorização e fortalecimento do departamento de aposentados e pensionistas tendo em vista as necessidades peculiares da categoria, está representando mais de 70% da base dos sindicatos gerais.

Lutar para garantir a incorporação do percentual de 80% da gratificação produtivista para aposentados com reflexo nas pensões, nos seguintes casos (Lei 13.324, de 29 de julho de 2016) que altera a remuneração de servidores e empregados públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões; e dá outras providências.

- a. Pessoas que se aposentaram antes da regulamentação da gratificação produtivista.
- b. Pessoas que não recebem a parte da avaliação institucional em 80%, que deve ser somado ao que é recebido como avaliação individual.

- Orientar as entidades filiadas, envolvendo o DENAP e a Secretaria de Aposentados e Pensionistas da CONDSEF/FENADSEF a promover atividades como o tema do Cuidado, frente aos impactos nas condições de vida, tanto de pessoas que são cuidadoras, quanto de pessoas que precisam de Atenção e Cuidado.

- Elaborar estudo sobre a quantidade de pessoas que ainda se encontram em planos de carreiras originários (PCC, CSST, PUCRCE ou outros) e garantir a atualização nos planos correlatos.

- Lutar para garantir nas aposentadorias uma valorização/gratificação/abono alimentar e nutricional (a ser incorporado aos proventos), em face ao envelhecimento, doenças crônicas, e alteração socioeconômica).

- Combater toda forma de violência ou abuso financeiro contra as pessoas idosas e ou aposentadas.

- Lutar para que as pessoas aposentadas e pensionistas mantenham seus vínculos e assentamentos nos órgãos originários, e não na DCIP (Diretoria de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos).

- Lutar pelo retorno da pensão integral ao valor de cada remuneração ou proventos que a instituir.

MOÇÃO DE APOIO ÀS UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS DOS ÓRGÃOS FEDERAIS

Tendo em vista o desmonte dos órgãos públicos federais da política de desenvolvimento humano, perpetrada pelos governos de Temer e Bolsonaro, é urgente a reestruturação dos setores de recursos humanos, com a recriação das Divisões de Desenvolvimento Humano, com capacidade de atender às demandas dos servidores em todos os órgãos federais, ativos e aposentados.



4 – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – DC&T

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Reivindicações Urgentes - Pontos Emergenciais:

- Recomposição salarial das perdas da categoria desde o último reajuste, no valor de 49,94%;
- Incorporação da gratificação GDACT ao vencimento básico das servidoras e servidores;
- Apoio na luta das carreiras de C&T, pelo seu patamar máximo possível em cada classe/padrão das carreiras; geral unificada dos servidores públicos federais um reajuste C&T. EMERGENCIAL, no valor de 26,93% sem prejuízo da pauta específica das carreiras;
- Apoio na luta do movimento nacional unificado pela recomposição dos valores dos benefícios de alimentação e auxílio-saúde;
- Concurso público URGENTE, para todos os cargos e níveis das carreiras de C&T nos seus diversos institutos, autarquias e órgãos de pesquisa e fomento, tomando como base mínima emergencial o quadro funcional existente em cada instituição no ano de 2010, garantida a participação na discussão sobre tais concursos dos representantes das entidades (Ministérios, Unidades de Pesquisa, Autarquias) e da representação dos servidores das mesmas, a fim de garantir maior eficiência e a transparência desses processos;
- Instituição de mecanismos de gatilho para reposição automática de servidores, nos modelos hoje existentes nos IFES, que permite a organização de concursos de forma automática, quando da diminuição do quadro de pessoal, por demissões ou aposentadorias;
- Recomposição orçamentária imediata das instituições públicas do Sistema de C&T, como o próprio MCTI e suas UPs;
- Reabertura imediata das mesas de negociação nacional e setoriais (como, por exemplo, para as carreiras de C&T), nos mesmos moldes que existia desde 2003, no governo Lula, garantida a representação do Departamento e do Fórum de C&T na mesa setorial da área;
- Recriação de agenda de reuniões mensais entre o Fórum das Carreiras de C&T e o MCTI, para tratar de questões afetas às carreiras e as instituições de C&T, mecanismo que existia em governos anteriores e permitia dinâmica na troca de informações entre os representantes dos servidores e servidoras e o MCTI;

Demais Reivindicações da Pauta:

- Fortalecimento da CT&I como área estratégica e protagonista do Estado Brasileiro para a construção da soberania, da independência e do desenvolvimento nacional;
- Implementação de modelos de processos de gestão democrática das instituições públicas de C&T, com a participação efetiva e periódica dos servidores dessas instituições em seus processos de gestão, nos moldes do que ocorre na Fundação Instituto Oswaldo Cruz;
- Garantia normativa da participação da representação dos servidores nos Comitês de Busca de gestores das UPs, garantindo ainda a total publicidade dos documentos exarados por tais Comitês,



XIV Concondsef V Confenadsef

14 a 17 de dezembro - Brasília

**FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA RECONQUISTAR
DIREITOS E RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS**

enquanto da não implementação de processos mais amplos de participação democrática nos mecanismos de escolha dos gestores das UP's;

- Reajuste nos valores, aumento do número e garantia orçamentária das bolsas de estudo e pesquisa (como iniciação científica, mestrado, doutorado e PCI etc.), em luta conjunta com as entidades representativas de estudantes e outras entidades do setor;
- Garantia da liberação anual dos recursos sem contingenciamento do FNDCT, corrigindo a distribuição da aplicação dos recursos arrecadados anualmente com o restabelecimento do percentual destinado aos recursos não reembolsáveis para ICTs, aos níveis da Lei nº 11.540, de 12/11/2007 ou anterior a ela;
- Garantia da democratização e transparência da gestão, governança, formulação e implementação da política CT&I com a Participação de servidores das carreiras de C&T indicados por suas representações em Colegiados e Conselhos de C&TI consultivos e deliberativos do MCTI, unidades de pesquisas e entidades vinculadas como CCT e CD do Fórum Nacional das Entidades Representativas das Carreiras de CBT – INDCTI
- Garantia de que a maioria dos recursos do ENDCT seja destinada a instituições públicas, como Universidades e Unidades de Pesquisa, na contramão da legislação ora vigente, que premia o setor privado, que sabidamente não é ponta de lança no investimento em pesquisa ou desenvolvimento no país = tarefa que cabe centralmente ao setor público;
- Junto com o movimento geral dos servidores públicos federais, cobramos a garantia da alteração e/ou revogação dos Decretos nº 8.690/2016, 9.735/2019 e 9.742/2019 e Portaria ME nº 209/2020, que excluem e/ou dificultam as Associações Representativas dos Servidores de consignarem as contribuições de seus filiados diretamente no contracheque;
- Criação de uma Escola Nacional de Governo no âmbito do MCTI para fortalecer a capacitação das Carreiras de C&T, a gestão dos órgãos, as políticas e os programas de CT&I;
- Realização de programas de capacitação com cursos de pós-graduação específicos no nível de Mestrado ou Doutorado, em particular para a Carreira de Gestão em C&T, que hoje têm menos oportunidades (e incentivos) de formação que as carreiras das áreas finalísticas (pesquisadores e tecnologistas);
- Retirada dos espaços de poder dos servidores comissionados que perseguiram diretamente ou contribuíram para a perseguição de servidoras e servidores, ferindo os princípios de liberdade de opinião e expressão, garantidos na Constituição Brasileira;
- Garantia de que afastamentos para viagens a serviço fora do Brasil sejam resolvidos no âmbito de cada instituição;
- Revogação da Emenda Constitucional 95/2017 (Teto de Gastos), Luta conjunta com as entidades nacionais do movimento dos servidores públicos, entendida como essencial para a continuidade da realização das atividades do Estado Brasileiro, em particular da área da C&T;
- Democratização e transparência da gestão, governança, formulação e implementação da política de CT&T;
- Realização de Conferência Nacional de CT&T, com a participação dos servidores das carreiras de C&T;
- Realização de Conferência Nacional do Serviço Público de forma participativa e democrática, instituída por meio de lei;



XIV Concondsef
V Confenadsef
14 a 17 de dezembro - Brasília

FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA RECONQUISTAR DIREITOS E RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

- Incentivo à descentralização dos recursos financeiros, humanos e de infraestrutura de C&T/ para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (exceto DE), com a estruturação de estratégias regionais de CTI;
- Garantia da continuidade de recursos para todos os programas e/ou projetos em andamento ou a iniciar, até a sua completa finalização;
- Desburocratização do processo de aprovação de projetos, como parcerias nacionais e/ou internacionais, tanto para novas ações quanto para aquelas que estejam sendo prorrogadas.
- Secretaria Executiva do Fórum de C&T.

Moção de Apoio

Que os representantes de Ciência e Tecnologia sejam respaldados pelos sindicatos no que diz respeito às passagens aéreas, ajuda de custo, e estadia, quando forem convocados para reuniões e encontros do Fórum das Entidades de Ciência e Tecnologia.

Moção de Repúdio aos Ex-Dirigentes do INPA/Manaus

Eles vivem assediando o companheiro Jorge Luiz Ramos Lobato, que sofre 3 processos de demissão junto ao Ministério Público Estadual, em Manaus/Amazonas.

Nos 3 processos ele foi absolvido. Nesta semana ele foi eleito delegado para o XIV congresso da CONDSEF, foi chamado ao Ministério Público Estadual de Manaus, para tomar ciência de um novo processo de demissão.

Por esse motivo o referido funcionário ficou impossibilitado de comparecer a este congresso.

Este XIV congresso da CONDSEF repudiam estes ex dirigentes (Bolsonaristas) por perseguição e assédio ao Jorge Luiz Ramos Lobato



5- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - DEC

CULTURA

Relatório do Encontro Nacional da Cultura, realizado no dia 16/12/2023, no XIV Congresso Nacional da CONDSEF e V Congresso Nacional da FENADSEF

Participantes: Ruth Vaz Costa (Ibram/MinC - Sindsep DF/DEC-Condsef), Sérgio Pinto (MinC/DF), Rui Oliveira Machado (IPHAN/BA), Valéria Amaral (IPHAN/RS), Yuri Batalha (IPHAN/ES) e Matheus Guerra Cotta (IPHAN/MG).

Os delegados e delegadas presentes neste Encontro Nacional da Cultura deliberaram pelos seguintes encaminhamentos:

Baseados no Relatório do Seminário da Cultura, ocorrido no dia 12 de dezembro de 2023:

- Combate ao Assédio: criação do Observatório do Assédio no âmbito do MinC
- Indicação como pauta para a Mesa Setorial da Cultura;
- Organizar a realização de Encontro Nacional da Cultura entre março e maio de 2024 - em formato híbrido, com a realização presencial no Rio ou Brasília;
- Reforçar o pleito pela abertura da Mesa Específica da Cultura em caráter emergencial;
- Reforçar pleito pela criação do Grupo de Trabalho para a elaboração/reestruturação do Plano de Carreira para a Cultura;
- Solicitar à Seção do DIEESE a elaboração de tabela referencial para servir como parâmetro de negociação para a abertura da Mesa Específica da Cultura. A tabela a ser apresentada pelo DIEESE será apreciada pela base da Cultura em caráter emergencial.

Plano de Lutas - Calendário de Mobilização:

- Compatibilizar calendário de Mobilização com eventos/atividades da Cultura - a exemplo da Conferência Nacional da Cultura a ser realizada em março de 2024 em Brasília (a confirmar);
- Mobilizar via GTs de Articulação e Comunicação da Cultura - a partir do
- calendário de atividades/eventos da Cultura a Ser solicitado ao MinC; organizar e realizar reuniões virtuais com os estados - quinzenais ou mensais - para organização da mobilização.
- Identificar servidores em cada unidade da Cultura que possam repassar informações nos locais de trabalho;
- Realização de Encontro Nacional da Cultura entre março e maio de 2024, em formato híbrido, com a realização presencial no Rio ou em Brasília;

Articulação para instalação das Mesas:

- Retomar agenda de mobilização no Congresso Nacional a partir de fevereiro de 2024;
- Criar Força Tarefa Nacional para reforçar mobilização parlamentar nos estados e Congresso Nacional;
- Solicitar a realização de Audiência Pública para discutir condições de trabalho para a Cultura.

Organização da Representação da Categoria:

A partir do DEC/CONDSEF reestruturar e reorganizar as relações entre as instâncias representativas da Cultura, em espaços participativos, e democráticos.



EDUCAÇÃO

Reivindicações Do Setor De Educação:

- Inserção do MEC nas mesas de negociações;
- Combate a violência e assédio moral;
- Fortalecer a divulgação e campanha da Internacional do Servidores Públicos – ISP, Convenção 190 da OIT. Fazer agenda com o MEC;
- Garantir uma vaga do MEC no Departamento de Educação e Cultura da CONDSEF;
- CONDSEF deve pressionar para efetiva ação da mesa de negociação da carreira do MEC, que já tem proposta entregue ao MGI pelo ministro Camilo Santana;
- Estruturação das DIGEPs de AP, RO, RR;
- Executar os planos de lutas que foram aprovados nos congressos dos SINDSEPs;
- CONDSEF precisa estar mais presente na luta pelas carreiras das Universidades e Institutos Federais.

Fundação Roquete Pinto (Extinta)

- Resgate histórico do papel da fundação
- MGI não resolve as questões dos trabalhadores.

Encaminhamento:

- Definir a que órgãos os trabalhadores vão se dirigir para resolver seus problemas e questões funcionais.
- PCCTAE- RSC para eles também
- Que a CONDSEF tenha assento para negociar pelos funcionários das Universidades e Institutos Federais.
- MEC: Incluir aposentados no Plano de Carreira.

Goiás

- Vários órgãos extintos e aposentados/ativos sem ter onde recorrer. Sindicato funciona como RH.
- Discutir política educacional nos sindicatos e na CONDSEF

Pernambuco - IFPE

- 60% dos aposentados sem concurso
- Recomposição da força de trabalho
- Terceirização excessiva
- Que os sindicatos filiados à CONDSEF se voltem às bases, nas universidades
- Mais atuação do Departamento de Educação

Pará



XIV Concondsef V Confenadsef

14 a 17 de dezembro - Brasília

**FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA RECONQUISTAR
DIREITOS E RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS**

- Pulverização das lutas em vários sindicatos
- Os sindicatos filiados à CONDSEF devem atuar mais nas bases da educação
- UFPA – CONDSEF deve intervir na educação.
- Reitora bolsonarista e assédio moral, e não recebe as entidades sindicais
- Falta de eleição para conselhos e institutos
- Dificuldades para participar do movimento sindical
- CONDSEF, tem obrigação com as universidades porque tem filiados, ver a situação dos sindicalizados, deve intervir na situação.
- Luta do corpo funcional contra o assédio moral
- Precisamos de maior presença da CONDSEF na educação.
- Carreira EBTT para professores do Colégio de Aplicação.

Ceará - UFCE

- Briga sindical entre representação dos funcionários da EBSERH e da UFCE
- Assédio da alta gestão da EBSERH
- Ponto eletrônico só para administrativos nas universidades, porque?
- Lançar uma campanha nacional por concurso público já.

Bahia

- Poucos filiados ao sindicato geral
- O departamento de Educação da CONDSEF está inoperante, sem representantes
- Atualização da base da Educação
- Gestão democrática contra abusos em IFs.

Participantes: Severino Vicente -IFPE, Dulce Costa Oliveira – IFT GO, Carlos Albuquerque – MEC DF, Conceição Maria Reis (Ex-Fundação Roquete Pinto), Janice Gomes Alves – MEC DF, João Carlos – IFMA, Ana Maria Cascas Araújo (Ex-Fundação Roquete Pinto), Josemar dos Santos – IFMA, Marcelo da Costa – UFCE -CE, João Santiago – UFPA PA, Consuelo, farinha.guimaraes, Luiz Souza, José Antonio, Vladilacerda, Dérmio, mfaría40nascimento, fcampos, Nilda Romero, Carlos Abreu, Erilza Galvão, Inês Souza, Roni Sant, Kátia Souza, Eduardo Teixeira, Mário Jorge Pereira, Davi José Vicente, Luiz Wilson Galindo.



6 – DEPARTAMENTO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E VINCULADAS - DEMEC

➤ Ministério da Gestão:

Falta de definição de encaminhar as reivindicações das criações das leis editadas em 2010, as diversas tabelas defasadas – reivindicar o encaminhamento dos planos de cargos técnicos pela Condsef/Fenadsef.

➤ DNIT:

Falou da carreira de engenheiro vinculado ao MGI – Extinção de carreiras – reivindicar que a Condsef/Fenadsef faça os encaminhamentos da criação do Departamento de Inovação e Gestão. Tecnologias: Sugere que os sindicatos façam gestão para gerenciar.

Criação do Departamento de Gestão e Inovação, fazer modelos para fazer filiações com participações em assembleias on-line, ampliar as propostas de encaminhar as demandas que são apresentadas pelos sindicatos e seus departamentos. Falou das mudanças e inovações para atualizar.

➤ SPU: Em Recife há muito assédio moral.

Combater o assédio que existe no ponto eletrônico.

➤ Ministério do Trabalho:

Indicar nomes para negociação das pautas específicas, planos de carreiras, relações de trabalho. Recriação do Departamento do Ministério do Trabalho.

Que a Condsef/Fenadsef instale a de mesa setorial específica do Trabalho e Emprego, com indicação de representantes da base para compor a referida mesa.

Que seja criado dentro da Condsef/Fenadsef o grupo MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

➤ Ministério da Fazenda:

Trabalho com 309 tabelas, outras querem tabelas 2010 – Carreiras transversais (Pac).

Teve encontro fazendário on-line, reivindicação do Pecfaz, valorização.

Cobrar Pec Faz (Gratificação).

Reestruturação das carreiras PECFAZ com atualização das tabelas salariais.

➤ DNPI:

Carreiras, campanha salarial, buscar debate interno para aproximação de carreiras similares ou individuais, as incorporações das gratificações, proposta estrutura dos órgãos.

➤ Ex Território:

Carreira, PEPE, reivindica a distribuição

➤ MGI: (Cleusa)

Lutar pela carreira única, hoje tem várias carreiras com salários iguais, falou das dificuldades das lutas isoladas



XIV Concondsef
V Confenadsef
14 a 17 de dezembro - Brasília

FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA RECONQUISTAR DIREITOS E RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Protocolada pela Condsef/Fenadsef no MGI o pedido para mesa setorial, e entregue o projeto de plano de carreira e pauta de reivindicações com 13 itens.

E buscar promover e fortalecer a integração a nível nacional, unificando e fortalecendo nossa luta contra o governo.

Órgãos que defendem políticas para os outros – (GESIST) gratificação. Entregou a minuta do projeto de plano de carreira.

Aguardando a reestruturação da FUNASA, para os servidores desempenharem suas atividades e não ficarem estacionados na situação atual

➤ PECFAZ:

Trabalhando nos Estados para a correção dos planos de carreira que estão defasados.

➤ Ministério da Fazenda:

Dificuldade de localizar os servidores para retirar delegados.

Reivindicar que os aposentados do Ministério da Fazenda saiam da DECIP e voltem para o Ministério da Fazenda.

Na Receita Federal a base pede bônus de eficiência para quem trabalha no órgão.

Reestruturação do Plano de Cargos Especial do MF – PECFAZ, com correção das tabelas, com parâmetros das Agências Reguladoras.

Que seja implantada a gratificação a todos os servidores do nível superior

Implantação das gratificações técnicas – FCT.

Auxílio de saúde independente de quem tenha plano

➤ Banco Central:

Entender as mudanças com a introdução da Inteligência Artificial, inovação cada vez mais acelerada, gera pânico no mundo do trabalho, pois ela vai acabar com os empregos.

Lutar para que os aposentados tenham aumento linear para todos.

Diminuir a distância entre os cargos, isonomia.

➤ ANTT:

Reivindicação das discussões das tabelas e reestruturação das carreiras, carreira transversal.

Afirma haver falta de interesse em encontrar filiados para participar das reivindicações da base.

➤ INPI:

Reivindica a valorização dos servidores, falta de gestor para tratar de patentes e falta de legislação, falta de mão de obra, terceirização das atividades fins para empresas estrangeiras, preocupação de autorização de patentes, e de caírem em mãos erradas.

➤ SUFRAMA:

Três órgãos ligados (com INPI, INMETRO...)



XIV Concondsef
V Confenadsef
14 a 17 de dezembro - Brasília

FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA RECONQUISTAR DIREITOS E RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Polo industrial, a SUFRAMA não precisa de recursos do governo desde que este devolva o que arrecada. Os outros órgãos recebem, por que a SUFRAMA não recebe? Toda mercadoria que dá entrada no Brasil a SUFRAMA faz constatação físicas. Então reivindicamos valorização e preocupação com os servidores de nível médio que estão desvalorizados – a SUFRAMA foi excluída dos concursos públicos.

➤ INPI:

Reestruturação para equiparar à analista de comércio exterior.

Democratização da gestão, eleições dos gestores.

Proibir a terceirização de partes dos exames de mérito das propostas, que os gestores do INPI estão tentando impor. Realização de concurso imediatamente.

A Condsef/Fenadsef deve debater a reforma estatutária, debater politicamente, e um seminário ou similar, a estrutura dos departamentos, à luz das diferenças entre as carreiras e pautas extremamente pulverizadas. Bem como qual caminho a seguir, se orientar pela unificação das carreiras ou seguir, ou seguir a lógica das carreiras pulverizadas.



7 – DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E ADVOCACIA PÚBLICA - DESAP

➤ FUNAI

Reestruturação da carreira, considerando que já está no MGI, já existem tabelas. Implementação do plano de carreira indigenistas e PEC Funai.

➤ PRF

Reestruturação da carreira do PEC PRF, considerando que já existe no MGI propostas de unificação com os servidores do MJ.

➤ ABIN

Existe uma medida provisória dentro do MGI, para encaminhar para a Casa Civil.

➤ AGU

Que a CONDSEF encaminhe à ao MGI a necessidade da instalação da mesa de negociação temporária da AGU

Cobrava publicação da medida provisória ou RL dos servidores administrativos da AGU. O plano de carreira já está no MGI.

Fortalecimento dos aposentados e paridade entre ativos e aposentados.



8 – DEPARTAMENTO DAS EMPRESAS PÚBLICAS - DEMP

Coordenador da mesa: Ricardo Abel; Relatores: Andréia e Fernando; Secretárias: Joalita e Gerina.

Iniciados os trabalhos com a apresentação da mesa, a secretária Elna Melo fez uma explanação sobre o contexto atual das empresas públicas.

- ACT da EBSEH: Já está pronta a redação com a comissão e encaminhada ao Jurídico da CONDSEF/FENADSEF para ser protocolada na EBSEH.
- ACT da CONAB: Está em fase de finalização.

DEBATES

- Análise sobre o ACT, reflexão sobre a política bolsonarista, instalada nos órgãos públicos.
- Sobre a ditadura e o bolsonarismo instalado nas empresas públicas. Cabe a nós empregados saber reivindicar, fazer um trabalho político para poder ter apoio às nossas reivindicações.
- Foi informado que nos hospitais as dificuldades são inerentes, e espera que a CONDSEF/FENADSEF se imponha enquanto federação junto aos sindicatos,
- Ratificada a importância das empresas públicas, dar visibilidade à sociedade sobre o papel que a EBSEH representa, 58 mil funcionários, e uma empresa vinculada ao ensino e pesquisa.
- Reforçado o apoio integral e irrestrito da CONDSEF/FENADSEF e a importância do engajamento dos empregados frente às reivindicações propostas. E lutar por plano de saúde a todos os funcionários públicos.
- A importância da CONAB, que realmente faz a empresa e seus programas, como doações de alimentos, programas de alimentação familiar etc.).
- Sobre a desvalorização dos servidores públicos e do serviço público, temos consciência de que o governo está tendo apoio para governar. Lula disse que iria repor as perdas salariais, no entanto só deu abaixo da inflação. Rateio da taxa negocial para os sindicatos que buscam as lutas dos trabalhadores.
- Precisamos de maior empenho dos representantes sindicais em suas bases, para dar mais espaços às outras correntes.
- As expectativas em relação ao governo Lula, que foi eleito com nosso apoio, e a importância de uma direção da Condsef/Fenadsef unitária como força crucial para derrotar o Bolsonarismo. Agregar os empregados das empresas públicas é fundamental para melhorias e reivindicações.
- A importância dos encontros das empresas públicas, que precisamos de sustentação parlamentar para nossas causas. Para isso devemos fomentar candidaturas progressistas, e formar uma base de apoio ao governo Lula, e que precisamos ocupar as ruas.
- Lula ganhou a presidência, mas não ganhou o congresso. E que temos que fortalecer a CONAB e o programa de combate à fome, para divulgar o órgão temos.

PLANO DE AÇÃO



XIV Concondsef
V Confenadsef
14 a 17 de dezembro - Brasília

FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA RECONQUISTAR DIREITOS E RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

- Criar uma comissão parlamentar para que sejam encaminhadas as pautas de reivindicações e lutas das empresas estatais.
- Intensificar a atuação política junto a gestão para que os representantes possam ter autonomia.
- Organizar a base dando condições de autonomia para desenvolver.
- Intensificar a atuação política junto a gestão para que os representantes possam ter autonomia.
- Rateio de 1% a ser dividido proporcionalmente entre sindicatos que bancamos representantes, os departamentos, e a CONDSEF.
- Fazer a parte política com os cargos gestores nas empresas estatais para que os cargos sejam ocupados por pessoas progressistas ou de esquerda.
- Buscar lideranças comprometidas com nossas pautas.
- Fomentar a publicidade das ações das empresas públicas para a população brasileira, para dar visibilidade das empresas à sociedade.
- Agrupar os empregados na base com apoio dos sindicatos.
- União das empresas públicas com pautas unificadas, e trazer outras empresas públicas e estatais para lutas unificadas.
- Garantir uma vaga na executiva da CONDSEF para empresas públicas, dentro das correntes políticas.

MOÇÃO

Empregados públicos da CONAB e EBSEH relataram ter sofrido preconceitos de participantes como se fossem terceirizados/empregados de OSs. Ainda que fossem, não deveria ser motivo para preconceitos. No entanto, cabe esclarecer que eles são empregados públicos, concursados, conforme previsto no artigo 37 da Constituição Federal e, portanto, assim como os servidores públicos, são funcionários públicos.



9- COMISSÃO NACIONAL DE DEMITIDOS E ANISTIADOS

- A Condsef/Fenadsef deve criar um email para receber demandas dos anistiados, um email institucional;
- A Condsef/Fenadsef deve trazer anistiados para uma grande manifestação na praça dos três poderes, reivindicando as questões que até o momento não foram resolvidas;
- Formalizar um WhatsApp para agilizar a comunicação;
- Reivindicar a SEI;
- Ter uma sala, espaço físico, dentro da Condsef/Fenadsef;
- Reivindicar os direitos RJU (decisão política);
- Trazer os anistiados para forçar os governos a resolver nossas questões;
- As famílias devem receber os direitos dos anistiados;
- O decreto 6077/2008 é inconstitucional;
- Impedir que os anistiados sejam demitidos;
- Não à demissão de nenhum anistiado;
- Prorrogação de férias;
- Não cortar salários;
- Fazer um cadastro de quem foi reintegrado;
- Criação de um email institucional;
- Averiguação de assédio;
- Criação de mesa setorial;
- Cada entidade deve fazer um levantamento de todos os demitidos;
- Trazer todos os anistiados do país uma manifestação política no primeiro CDE de 2024;
- A Condsef/Fenadsef deve fazer cobrança ao MGI dos ofícios CONDSEF/FENADSEF Nº 170/2023 e 192/2023.



10 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE – DESC

- Visando o resgate do serviço público, queremos ressaltar a necessidade de concurso público para todos os setores das instituições públicas, em especial para os recursos humanos, com objetivo de proteção de dados e documentos que envolvem a vida dos servidores, além do tratamento humanizado. Onde houver servidor ativo, ou aposentado, que haja também um setor de RH para atendê-los, seja nas instituições de origem ou não, no caso de aposentados. Concurso Público já, não ao assédio.
- Que a Condsef/Fenadsef trate em caráter emergencial o pagamento do reajuste dos 9% sobre a GACEN para todos os servidores que recebem a referida gratificação.
- Que a Condsef/Fenadsef encaminhe junto ao MGI para que os adicionais de insalubridade e periculosidade não caiam, quando da mudança de lotação do servidor, até a execução do novo laudo, ponderado pelo órgão de lotação.
- Criação da Política Nacional de Auditoria para o SUS.
- Que a Condsef/Fenadsef realize um levantamento nos 26 estados da Federação sobre as condutas da FUNASA, e do Ministério da Saúde, como GACEN, GDPST, concessão de aposentadoria especial etc. para unificar os procedimentos no Brasil todo.
- Que os estados repassem o número de exames toxicológicos realizados por estado e formalize as informações ao Ministério da Saúde.
- Que o Ministério da Saúde observe as especificidades dos servidores da Saúde Indígena, em relação ao ponto eletrônico.
- Que a Condsef/Fenadsef reivindique junto ao Ministério da Saúde o direito para que todos os funcionários da Saúde recebam adicionais de periculosidade e insalubridade de acordo com a função que exerçam, uma vez que estamos à disposição do estado. Criar uma rubrica para facilitar o pagamento dessas insalubridades e periculosidades. Para que os servidores tenham esses direitos é necessário que se pague para o médico legista fornecer um atestado.
- Que na composição do Conselho de Saúde Indígena esteja garantida a representatividade dos trabalhadores indicados em assembleias dos sindicatos representativos da categoria dos servidores da SESA/MS.
- Que seja estendida a paridade da GACEN e da gratificação de desempenho em 100% para os servidores aposentados que recebem apenas 50%.
- Incluir na EC 120 o nome do guarda de endemias.
- Equiparar o GACEN com diária que hoje é de 6.619,80. Artigo 55 parágrafo 7º Lei 11.784/2008.
- Que se elabore uma PEC pela Condsef/Fenadsef, para contemplar os servidores da ex SUCAM que tenham trabalhados de maneira direta ou indiretamente com o DDT, no sentido de o governo pagar um plano de saúde para estes servidores, pois a PEC 101 não contempla todos os que têm esse direito, mas somente os guardas de endemias, agentes de saúde pública, motoristas e pilotos de voadeiras, este último nem categoria tem, seria certo ser agente de transporte marítimo. Falta ainda os técnicos de laboratórios, os servidores que digitalizam os boletins de notificações de casos de malária.



XIV Concondsef
V Confenadsef
14 a 17 de dezembro - Brasília

FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA RECONQUISTAR DIREITOS E RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

OBS.: Não queremos que aconteça o mesmo que ocorreu com a GACEN, que saiu primeiro para os agentes de saúde e guardas de endemias, e somente seis meses depois saiu para os técnicos de laboratórios e mais 11 categorias, e só pode ocorrer isso por não ser uma PEC, diferente desta proposta.

- Que a Condsef/Fenadsef lute pela carreira específica da saúde no Ministério da Saúde.
- Que a SESAI/MS promova seminários regionais com a participação de todos os trabalhadores e trabalhadoras do órgão e de suas representações sindicais, com o objetivo de discutir demandas da categoria e fortalecimento da estrutura existente.
- Lutar por concurso público para todos os cargos existentes na estrutura da SESAI/MS.
- Que a Condsef/Fenadsef paute na mesa nacional de negociação permanente a posição contra a contratação de pessoal por meio do GSUS, sem concurso público.
- Lutar pela reestruturação das superintendências estaduais do Ministério da Saúde, especialmente as coordenações de gestão de pessoas, para atender as necessidades dos servidores do órgão.
- Lutar pela garantia do exercício de atividades dos trabalhadores analistas técnicos de políticas sociais lotados no Ministério da Saúde, no Departamento de Auditoria do SUS (DENASUS).
- Inclusão dos atendentes de enfermagem da área hospitalar e atenção básica na Portaria 484 de 1º de abril de 2014, do Ministério da Saúde, para pagamento do GACEN, pois esses servidores atuam no tratamento dos pacientes com doenças endêmicas. Pois sem o doente os tratamentos e as notificações das doenças endêmicas não existe endemia.
- Carreira específica de Saúde.
- Concurso imediato para recomposição de cargos do Ministério da Saúde.
- Composição dos departamentos da Condsef/Fenadsef respeitando a paridade.
- Propostas licença prêmio: Os servidores que têm licença prêmio que não queiram utilizar para contagem de tempo de contribuição ou não deseje gozar o período de licença, pode requerer o tempo, administrativamente ao RH do órgão.
- Que a Condsef/Fenadsef encaminhe a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da SESAI por concurso público para acabar com a terceirização no setor.
- Que a Condsef/Fenadsef encaminhe a reivindicação dos trabalhadores e trabalhadoras da SESAI para que tenham direito às gratificações, que já são pagas aos trabalhadores e trabalhadoras da FUNAI, haja vista que suas atividades são similares.
- Que a Condsef/Fenadsef oriente os sindicatos a realizarem seminários com base no Relatório da Condsef/Fenadsef (GT-CONDSEF/FENADSEF) sobre a Reforma do Estado, em curso.
- Recriação das mesas em modelo provisório nos estados.
- A Condsef/Fenadsef deve trabalhar no congresso pela aprovação da PEC 101 - Reestruturação da FUNASA, com imediata recomposição do seu RH.
- Resolução imediata da contagem de tempo insalubre para efeitos de aposentadoria.
- Cessar imediatamente o corte da GACEN, GDAST, GDPST dos servidores da FUNASA, cedidos a outros ministérios, por força de parecer da AGU.



RESOLUÇÃO

PELO RESGATE IMEDIATO DA FUNASA E PELA SUA REESTRUTURAÇÃO

A Funasa, entidade de promoção e proteção à saúde vinculada ao Ministério da Saúde, com atuação nos 26 estados brasileiros que compõem a República Federativa do Brasil, com atuação descentralizada por meio das suas 26 Superintendências Estaduais, que tem por competência "fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças; e formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental" (Incisos I e II, Art. 2º, Anexo I do Decreto nº 11.223, de 5 de outubro de 2022 que aprovou o Estatuto da Funasa).

Da norma citada, tem-se que a Funasa atua em duas grandes e significativas áreas de promoção à saúde das pequenas populações, que são: Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental.

Dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), na esfera federal, cabe à Funasa a responsabilidade de alocar recursos não onerosos para ações de saneamento, financiando a universalização de sistemas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos urbanos. Promove, ainda, ações de drenagem e manejo ambiental, além de melhorias sanitárias domiciliares e melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas.

Cabe à Funasa, portanto, "fomentar ações de saneamento para o atendimento, prioritariamente, a municípios com população inferior a 50.000 habitantes, bem como implementar ações de saneamento em áreas rurais e comunidades tradicionais de todo o Brasil, tais como as populações remanescentes de quilombos, assentamentos de reforma agrária, comunidades extrativistas e populações ribeirinhas.

Lado outro, a Funasa, em face da sua expertise em ações de saneamento básico, expandiu suas ações para as questões ambientais, que diretamente afetam à saúde humana e nesse sentido, a partir de 2010, com a edição do então Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 7.335, de 19 de outubro de 2010, passou para sua competência a formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde relacionadas ao Subsistema de Vigilância em Saúde Ambiental.

"Nesse sentido, a Funasa, órgão executivo do Ministério da Saúde (MS), em cumprimento a sua missão institucional, possui todos os requisitos e atributos capazes de, sob orientação do MS, adotar medidas e executar ações de promoção da saúde ambiental, prevenção e controle dos fatores de riscos relacionados às doenças e outros agravos à saúde relacionadas ao meio ambiente".

Para demonstrar a importância e relevância da manutenção da vinculação da FUNASA ao Ministério da Saúde cumpre ressaltar que a estreita relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos, integra definitivamente as ações de saneamento da FUNASA ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças, a contenção da financeirização do SUS e a minimização dos problemas de subfaturamento do SUS.

Sendo assim, necessário se faz que a CONDSEF/FENADSEF, em razão da realização do XIV CONCONDSEF e V CONFENADSEF, com base na edição desta Resolução aprovada pelo Plenário dos referidos Congressos, encaminhe aos Ministérios do Governo Lula, pertinentes ao tema aqui abordado, enfatizando os seguintes aspectos no sentido da sua adoção imediata:



1. Manutenção da FUNASA no Ministério da Saúde como órgão desenvolvedor da competência e área de atuação do SUS no que diz respeito a promoção da saúde, voltada para a formulação da política e execução de ações de saneamento básico;
2. Manter vinculados à FUNASA os aposentados e pensionistas;
3. Promover as nomeações para preenchimento dos cargos comissionados considerando de forma prioritária a titularidade deles, com os seus respectivos substitutos, pondo fim a interinidade no preenchimento dos cargos;
4. Retorno imediato de todos os servidores que já se manifestaram pelo retorno, para iniciar a recomposição da força de trabalho da FUNASA existente antes da edição da MPV 1156/2023, independentemente da reestruturação;
5. Manter a estrutura da FUNASA vigente, tendo como base as estruturas estaduais, conforme Decreto nº 11.223 de 5 de outubro de 2022;
6. Recompôr imediatamente a força de trabalho da FUNASA, principalmente porque de acordo com parecer da Procuradoria Geral Federal, vinculada à Advocacia Geral da União - AGU. Nos termos do artigo 131 da Constituição Federal de 1988, os servidores da FUNASA cedidos a outros ministérios (MGI) não poderão receber a GACEN, GDASST e o GDPST.



11 – DEPARTAMENTO DE EX TERRITÓRIOS – DEEXT

- Ampliação da estrutura administrativa do Ex-Territórios no âmbito do MGI.
- Pagamento administrativo da licença especial e abono de permanência retroativo.
- Paridade de subsídio dos servidores da Segurança Pública dos Ex-Territórios com a Polícia Federal, quando da reestruturação da carreira.
- Lutar para que o governo federal cumpra a legislação concernente à elaboração de LTCAT e PPP.
- Lutar pelo pagamento dos adicionais de insalubridades e periculosidades. Essa negociação deve ser na mesa de negociação permanente com o governo federal.

RELATÓRIO DO ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DOS SERVIDORES DOS EX-TERRITÓRIOS (AMAPÁ, RONDÔNIA, RORAIMA, FERNANDO DE NORONHA) E ANISTIADOS DA BASE DA CONDSEF/FENADSEF

Reunião pela plataforma Zoom - Videoconferência

Data: 26/05/2023 (sexta-feira).

Estados Participantes: AP, DF, PE, RJ, RO, RR, SC e Direção da CONDSEF/FENADSEF.

Pauta: Informes; Avaliação da Conjuntura; Encaminhamentos das demandas dos servidores (as) dos ex-Territórios e dos servidores Anistiados; Planos de Luta e Encaminhamentos finais como resoluções.

EX-TERRITÓRIOS

Pauta de Reivindicações dos Ex-Territórios:

- Que os servidores dos ex-Territórios tenham os mesmos benefícios de possível reestruturação de carreira do sistema MEC;
- Migração sucessiva dos integrantes do PUCRE para EBF, independentemente da escolaridade e deste para o EBTT, e reabertura do prazo para opção;
- Migração dos Técnicos Administrativos do PGPE (Plano Geral de Cargos do Poder Executivo) e PCCEXT (Plano de Classificação e Cargos dos ex-Territórios) com exercício na educação, para a carreira do PCCTAE (Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação);
- Concessão de RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) para técnicos administrativos e aposentados anteriores à Lei 12.772/13;
- Atualização de progressões funcionais de todos os docentes, ativos e aposentados, que não alcançaram o topo da carreira;
- Instituição de gratificações de qualificações para os planos de carreira: PGPE e PCC-EXT;
- PEC 07 - Lutar pela aprovação da PEC 07/2018 - na regulamentação corrigir as situações que não constam da lei 13.681/18, especificamente no que se refere a NA/NI, progressões funcionais, não exigência escolaridade para enquadramento, conforme as Emendas 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50,



XIV Concondsef V Confenadsef

14 a 17 de dezembro - Brasília

**FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA RECONQUISTAR
DIREITOS E RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS**

54, 55 e 56 da MP 1.170/2023;

- Contemplar os vínculos empregatícios de setores municipais e estaduais que não foram contemplados na transposição (empresas criadas pelos municípios dentro do marco temporal da PEC 07);
- Lutar pela aplicação de tópicos que trata o art. 29 da Lei 13.681/2018;
- Regulamentação do que prevê o artigo 11 da Lei 13.681/18, quanto as avaliações de desempenho individuais;
- Garantir a lotação de todos os servidores recém enquadrados no Estado, nos Municípios, TJ, Tribunal de Contas, ou Órgãos Federais;
- Migrar servidores do PCC-EXT para o PGPE;
- Incorporação das gratificações GDPGPE, GEDEXT, GEAAPCC-EXT e GEAAPGPE avencimento básico;
- Enquadramento do pessoal aposentado pela Emenda 20, PUCRE ou outra situação, no EBTT;
- Avaliação dos docentes contratados até 1981;
- Que seja instituído aos servidores do PCC-EXT a GQ (gratificação de qualificação).

Plano de Lutas dos Ex-Territórios:

- Atualizar diagnóstico do setor com coleta de informações junto às entidades filiadas (base representada - órgão, local de trabalho e número de filiados, demandas, realização de atividades específicas), a partir de instrumento a ser elaborado pela CONDSEF/FENADSEF;
- Defender a valorização salarial e profissional de todos os trabalhadores (as) dos ex-Territórios;
- CONDSEF/FENADSEF - atuar mais próximo do setor da Educação dos ex-Territórios (realizações de plenárias, seminários, encontros regionais e nacional);
- CONDSEF/FENADSEF - orientar as entidades filiadas para reforçarem a organização/trabalho de base do setor da Educação dos ex-Territórios;
- CONDSEF/FENADSEF - chamar reunião dos departamentos: DEC/DEEXT/ANISTIADOS, tendo como objetivo integrar as demandas e encaminhamentos dos servidores da educação;
- Que na mesa setorial dos Ex-Territórios tenha 1 (um) representante do Amapá, 1 (um) de Rondônia e 1 (um) de Roraima;
- 10% do PIB para educação.

ANISTIADOS (COMISSÃO NACIONAL)

Foi apresentado pelo Secretário Geral da CONDSEF/FENADSEF, Sérgio Ronaldo da Silva, relatório da reunião ocorrida em 22/03/2023, com os gestores do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) - Anistiados, que segue conforme transcrição abaixo:

Presentes: 1) Condsef/Fenadsef – Sérgio Ronaldo e Jussara Griffo; 2) Comissão dos Anistiados - Rubens



XIV Concondsef
V Confenadsef
14 a 17 de dezembro - Brasília

FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA RECONQUISTAR DIREITOS E RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Motonio (Rubinho), Ricardo José de Souza, Carlos Abreu, Severino José de Sales (diretor do Sindicato dos Moedeiros), Maria das Graças Galha (anistiada da Casa da Moeda); 3) Governo: Marilene Ferrari Lucas Alves Filha (Meri Lucas), Secretária-Adjunta de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, e Cynthia Beltrão de Souza Guerra Curado, Diretora do Departamento de Remuneração, Atenção à Saúde e Atenção e Segurança do Trabalho.

Pauta: 1) Apresentação da Pauta Emergencial; 2) Denúncias, Vale Transporte, Redistribuição e Destrato; 3) Transposição do Regime CLT para a Lei 8.112 (Regime Jurídico Único – RJU); 4) Criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente para Assuntos da Anistia; 5) Contagem de Tempo de Serviço.

- **Apresentação de Pauta Emergencial:** Foi um índice de perda emergencial de 13,5%, e recomposição do índice da perda salarial que os anistiados tiveram. O governo garantiu que os 9% de recomposição da remuneração total e os R\$ 200,00 para o auxílio alimentação, será encaminhado no projeto para o Congresso Nacional. A questão do período que ficou, a Condsef/Fenadsef vai apresentar uma tabela das perdas para ser avaliado pelo MGI. Referente à questão salarial existe uma discrepância entre os trabalhadores dentro da tabela e fora da tabela, nos mesmos cargos a correlação de cargos. O MGI ficou de fazer um estudo para resolver a questão.

- **Denúncias, Vale Transporte, Redistribuição e Destrato:** a) Vale Transporte – foi informado que vários estados estão sem receber o vale transporte dos trabalhadores que completam 60 anos de idade. O governo ficou de encaminhar uma orientação da metodologia do pagamento e informou que o gestor deve olhar a legislação vigente no estado e município. b) Informamos que vários trabalhadores estão sendo penalizados, reestruturação da instituição nos estados e em Brasília, com isso o mesmo tem que se deslocar por conta própria para se apresentar em Brasília, custeio próprio, a maior delegação da instituição nos estados é a idade avançada dos trabalhadores. O MGI ficou de fazer as orientações para as instituições e solicitar a relação dos trabalhadores que estão nesta situação, para resolver a situação. Vamos apresentar uma proposta para o governo colocar esses servidores no banco de talentos sem prejuízo financeiro para os servidores. c) Sendo de responsabilidade do MGI realocá-los nos seus estados.

- **Transposição do Regime CLT para a Lei 8.112 (Regime Jurídico Único-RJU).** Entregamos cópia do Ofício CONDSEF nº 266/2014, de 05/09/2014, protocolado no Ministério do Planejamento, que trata do parecer referente à transposição de cargos e as providências que o governo pode fazer para garantir a mudança da efetividade da transposição. Foi citado o PDC 239 que também pode ajudar a resolver a situação. O governo vai estudar e retornar para a Condsef/Fenadsef. Os representantes dos trabalhadores fizeram defesa de que um erro administrativo na edição do Decreto 6077/2007. Depois da nossa defesa o governo ficou de avaliar todas as documentações. Solicitamos que o governo garanta aos trabalhadores os direitos trabalhistas do regime celetista, que é acordo coletivo do trabalho e data-base retroativo a partir da data do retorno.

- **Criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente para Assuntos da Anistia.** A principal parte apresentada foi a criação imediata da Mesa Nacional de Negociação Permanente da Anistia. O governo vai viabilizar e solicitar que a Condsef/Fenadsef formalize toda a pauta.

- **Contagem do Tempo de Serviço.** Apresentamos a proposta para o governo reconhecer o tempo de serviço de todo o período em que o trabalhador ficou afastado. Foi informado pelo governo que é um debate para o MGI e uma demanda para o Ministério da Previdência, que existe processo e deliberações do Conselho do INSS. Foi solicitado que a Condsef/Fenadsef encaminhe o processo para o setor analisar, e que se o INSS estiver de acordo com o MGI não tem como negar. O Sindicato da Casa da Moeda informou que os trabalhadores anistiados da empresa não tiveram nenhuma perda, foi considerado o



XIV Concondsef V Confenadsef

14 a 17 de dezembro - Brasília

FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA RECONQUISTAR DIREITOS E RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

tempo de serviço e garantia do recebimento do período e também a progressão na carreira. A Condsef/Fenadsef vai encaminhar todas as propostas e a pauta emergencial. Quanto a situação funcional que está com CLT, ANS 665, vai ser alterada para empregado público. Informamos que as instituições informa que o anistiado não pode ter gratificações. Foi informado que uma gratificação pode ser paga que é CNE.

- Que os anistiados da Lei 8878/94, devolvidos para os ministérios de origem, quando não tiver lotação no ministério ou em outro local, sejam colocados no banco de talento do Ministério do Planejamento, tendo todas as vantagens garantidas como estivesse lotado (salário, vale alimentação, vale transporte, etc.), onde irá esperar uma nova lotação.
- Progressão das letras da tabela do Decreto nº 6.657/2008 - isto quer dizer que quando o servidor estiver com a quantidade de anos solicitados pela a letra acima, ele possa mudar de letra automaticamente.
- Que o **Estudo Técnico nº 279, feito pelo o Dieese**, de correção da tabela do Decreto nº 6.657/2008 seja aplicada, pois como celetistas temos o direito de dissídio coletivo de trabalho.
- Que seja aberto o prazo de entrada de outros anistiados para análise de retorno.

Relatos e Propostas Apresentados:

- **Flávio Nunes:** Anistiado reintegrado na Eletrobras Holding, Rio de Janeiro, desde 2010, com o acontecimento da Privatização da Eletrobras, todos os anistiados dentro das empresas Eletrobras estão sendo ameaçados de demissões. Todos os anistiados aposentados foram demitidos em dezembro de 2022, que não aderiram ao PDV. E o contingente que permanece está sendo assediados para aderir à mesma na próxima semana. Muitos companheiros não têm tempo de contribuição/idade para aposentadoria e o PDV não será suficiente, pois muitos têm menos de 65 anos e serão penalizados injustamente com uma segunda demissão, caso não aceitem aderir ao PDV. Solicito uma solução do governo para esta demanda.
- **Luiz Frozi:** Proposta para negociação: 1- Progressão salarial para os anistiados idêntica ao RJU; 2- Unificação de regime de trabalho, transposição para RJU; 3- Reajuste do auxílio saúde, pois estamos todos na terceira idade; 4- Contagem do tempo afastado pelo retorno não ter ocorrido, para fins de aposentadoria.
- **Paulo Morani:** Anistiado da Petroflex e retomando a luta aqui no Rio de Janeiro, participando do GT de Anistia da Petrobras.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL E QUESTÕES SOCIAIS:

Criar um calendário de encontro ordinário e extraordinário anual no segundo semestre de cada ano e extraordinário, quando solicitado. Que a comissão se reúna presencialmente de 3 em 3 meses, onde as despesas com hospedagem, passagens e diárias sejam pagas pela Condsef/Fenadsef.



12 - DEPARTAMENTO DOS ÓRGÃOS MILITARES CIVIS – DOMC

Encontro Virtual do Departamento: fevereiro de 2024

Encontro Presencial do Departamento: março de 2024

Propostas:

- Plano de Cargos e Carreiras: Implantação do auxílio alimentação para servidores civis lotados na Marinha, pagamento em pecúnia.
- Que a Condsef/Fenadsef exija do governo federal o repasse dos valores aos servidores civis do Hospital Militar de Fortaleza, que trabalharam na linha de frente durante a pandemia.
- Remuneração dos servidores AOSDs (Auxiliares Operacionais de Serviços Diversos) para o NI.
- Remoção dos servidores civis de uma organização militar para outro órgão civil que tenha o mesmo plano de cargos e carreiras.
- Aumento de auxílio alimentação.
- Concurso público para novos servidores.
- Criação da GQ-4 para nível intermediário da Tecnologia Militar.
- Extensão da Lei 12.855/2013 (indenização) a servidores civis dos órgãos militares com lotação na zona de fronteira.
- Criação da RSC - Reconhecimento de saberes e conhecimentos - retribuição de titulação para o nível superior.
- Que a Condsef/Fenadsef busque base legal para o fim da exigência de curso de no mínimo 16 horas para avaliação institucional no AMRJ
- 8 Remunerações para os servidores quando da aposentadoria nos moldes dos militares quando da reserva.
- Proposta de aumento de salários para aposentados e pensionistas porque os salários estão defasados desde 2019.
- Carreira de gestão e planejamento administrativo de nível superior, nível intermediário, nível auxiliar, com atribuições voltadas à execução de atividades de apoio à direção, coordenação, organização, planejamento, controle, bem como a toda atividade de suporte administrativo dos órgãos dos comandos militares do Ministério da Defesa, que compõe o anexo XX da lei 11.357 de 19 de outubro de 2006.

Proposta de Alteração de Lei

- Altera a lei 11.357 de 19 de outubro de 2006. PGPE - Plano Geral de Poder Executivo – para dispor sobre a criação de carreira de gestão e planejamento administrativo da Defesa e seus comandos militares, da Marinha, Exército e Aeronáutica.
- Artigo 1º - Fica criada, no âmbito do Ministério da Defesa, e seus comandos militares da Marinha, Exército, Aeronáutica, e nos termos desta lei, o Plano de Cargos e Carreiras de Gestão e Planejamento



XIV Concondsef
V Confenadsef
14 a 17 de dezembro - Brasília

FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA RECONQUISTAR DIREITOS E RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Administrativo, que passa a ser constituída pela seguinte carreira e cargos, composta de cargos efetivos e vagas, regidos pela lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, dos servidores integrantes dos quadros de pessoal dos comandos militares do Ministério da Defesa, que comporão os cargos efetivos das seguintes carreiras:

- Que o DOMC-Condsef/Fenadsef encaminhe para o DAP a necessidade de rever a situação da marcação, atendimento, para o serviço, tendo em vista a Prestação de Assistência à Saúde Suplementar - PASS a partir de janeiro de 2024.
- Sessenta servidores do HFA foram admitidos como Agente de Portaria e houve promoção de alguns e esses continuaram como auxiliares de serviços diversos, sendo que eles trabalham como administrativos com salários bastante defasados.
- Esta questão deve ser encaminhada à mesa de negociação do HFA, no MGI, para que possa ser feita a transposição.
- Instalar com urgência a mesa setorial do Ministério da Defesa.
- Inclusão do PGPE das organizações industriais na carreira de tecnologia militar.
- Criar uma carreira de servidores do Ministério da Defesa que não estão contemplados em outras carreiras.
- Lutar por reajuste linear para todos e equiparação de tabelas.
- Encontro do departamento com representações estaduais para primeira quinzena de março de 2024.
- Formar uma comissão para formatar carreira alternativa para atender o PGPE da Defesa da CTM.
- Lula derrubou o decreto da desconsignação, mas precisa derrubar o decreto da consignação, ou seja, derrubar o SEU.GOV
- Na mesa de negociação propor incluir todos os servidores de órgãos militares do PGPE em Carreira de Tecnologia, evitar discussão individualizada por estado.
- Revogação de todas as portarias contra os servidores, principalmente dos comandos militares. Exemplo: Na Marinha, uma portaria que destituía DPCVM.
- Ofício do Diretor do Departamento de Pessoal da Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais/Secretaria Geral do Ministério da Defesa, Arnaldo Augusto do Amaral Neto, para o Sindiserf-RJ - OFÍCIO N° 27815/CGSPC/DEPES/SEPESD/SG-MD:

"...

Faço menção aos Ofícios 16/2023, 44/2023 e 48/2023, reenquadramento na Carreira de Ciência e Tecnologia de servidores do Hospital, informar que o assunto é tema de uma Mesa Temporária e Específica, no âmbito da Inovação em Serviços Públicos, por solicitação da CONDSEF, que foi instalada em 2023, sob coordenação da Secretaria de Relações de Trabalho, José Lopez Feijóo.

Como esse mecanismo institucional depende de comunicado diretamente à Secretaria de Relações de Trabalho, daquele Ministério, apresentado àquele órgão, de forma que a SINDISERF/RJ, entidade filiada à também das discussões a respeito do tema.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos."